

CONSUMO E QUALIDADE DE VIDA APÓS A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO REAL

Claudia Maria da Silva¹, Edson A. Querido Oliveira²

1 e 2 – Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas – FCSA – Universidade do Vale do Paraíba
Av. Shishima Hifumi, 291- Urbanova – 12244-000 – São José dos Campos - SP
claudinha.sjc@bol.com.br, edson@vdr.cta.br

Palavras-chave: Plano real e consumo

Área do Conhecimento: VI - Ciências Sociais e Aplicadas

Resumo

O Plano Real tem resultados expressivos e duradouros. Oito anos depois, seus efeitos ainda estão ai à vista de todos. Ao mesmo tempo, não podemos esquecer que a sociedade não teve de pagar os custos embutidos em outras experiências, muitas vezes marcadas por altíssimas taxas de desemprego e pela desorganização da produção. É um plano sério, que precisa ser aprofundado. O Real foi o ponto de partida, a pedra de toque, para uma grande mudança econômica e social no Brasil.

Desenvolvimento do Brasil

Iniciadas em 1990 com o programa de abertura da economia ao exterior, essas transformações ganharam novo impulso e maior visibilidade a partir de 1994. Inicialmente utilizada como arma para o controle de preços, a ampla abertura econômica consolidou-se como pilar central do que o governo entende por inserção do país no processo de globalização mundial.

As empresas estão expostas à concorrência internacional, sendo forçadas a aumentar a produtividade ou condenadas a desaparecer. Também há pressões para uma drástica redução de custos e outras que se manifestam através da restrição ao crédito. Sob essas injunções, e também aproveitando a oportunidade para comprimir seus custos salariais em um ambiente

desfavorável para os trabalhadores, as empresas concentram-se na reestruturação produtiva, como via mais fácil para praticarem suas margens de lucros e manterem ou baixarem preços, na luta pela sobrevivência.

Além disso, há outra questão de fundo em desenvolvimento no Brasil, mas somente sua manifestação quantitativa poderia ser captada pela Pesquisa de Orçamento Familiares (POF) 1994/95. A pesquisa realizada em 1969/70 investigou uma população trabalhadora em processo de adaptação social e econômica a uma sociedade industrial em fase de consolidação, com implicações quanto ao ingresso na chamada sociedade de consumo. A pesquisa registrou a profunda integração já efetivada do conjunto da população, especificamente dos trabalhadores, a essa sociedade, como

demonstram os resultados informados neste relatório.

Para uma melhor compreensão da POF 1994/95 comparativamente às anteriores, apresenta-se, a seguir, um quadro resumo de todas as pesquisas orçamentárias pelo DIEESE com as informações mais relevantes apuradas em cada período.

Alimentos industrializados

No mês de Maio de 2003, o valor da Cesta Básica do paulistano teve QUEDA de 0,76%, revela a pesquisa diária do Procon – SP, o preço médio que no dia 30/04/2003 era R\$215,21 passou para R\$213,57 em 30/05/2003. Por grupo foram constatadas as seguintes variações: Alimentação, -1,38%, Limpeza, 0,33% e Higiene Pessoal, 3,48%. A variação no ano é de 2,48% (base 27/12/2002), e nos últimos 12 meses, de 37,89% (base 29/05/2002).

A Cesta Básica no mês de maio variação negativa de 0,76%, ao contrário do mês anterior, quando houve variação positiva de 2,64%. Desde o final de abril, havia indícios de queda de preços, sobretudo de produtos do grupo de alimentos. O IRP (Índice de Preços Recebidos pelos Produtores Paulistas) divulgado pelo IEA (Instituto de Economia Agrícola) indicou esta tendência no mês de abril, verificada pela primeira vez em doze meses. O reflexo no varejo foi sentido no decorrer de maio. No caso dos alimentos, com maior número de itens na Cesta, o comportamento do preço dos produtos acompanhou a tendência de baixa. Já no início do mês havia registro de retração de preços dos produtos de origem animal, em principal a carne. A intensificação da colheita de importantes produtos agrícolas e a valorização do real frente ao dólar contribuíram para este quadro. O arroz, em contrapartida, não seguiu esta tendência, permanecendo em alta. O grupo Higiene Pessoal indicou a variação positiva mais expressiva, com destaque para papel higiênico, que teve variação de 9,26% na cesta básica.

Tabela 1: Variação no consumo dos alimentos industrializados de 1998 a 2002

Alimentos Industrializados	Var %
logurte	90,7
Refrigerantes	88,5
Cerveja	65,3
Queijos	53,9
Biscoitos	50,0
Frango	43,2
Carne suína	33,4
Carne bovina	29,1
Pescado	4,6

(Fonte: Procon/DIEESE)

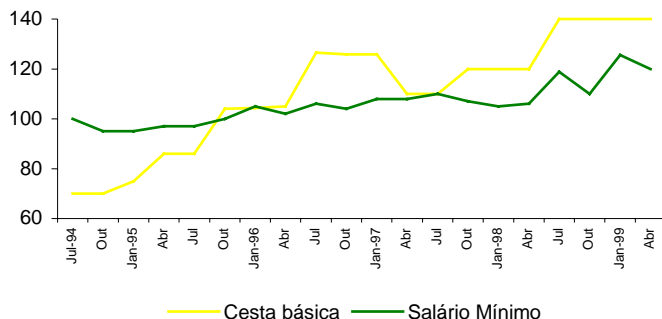
Produtos antes consumidos pelas classes média e alta hoje estão acessíveis às camadas de menor renda, como exemplo, biscoitos, iorgute e queijo.

Com grande diversidade de marcas no mercado, tanto os produtos de higiene como os de limpeza apresentam tendência de alta no período. O papel higiênico teve maior destaque entre as altas desses grupos, 124,44%. Os altos preços internacionais da celulose (matéria-prima utilizada na produção do papel higiênico), e a desvalorização cambial levaram os fabricantes deste segmento a destinar grande parte da produção ao mercado externo, impulsionando aumentos significativos nos anos de 1999 e 2001, quando o preço do papel higiênico variou 50,55% e 18,06%, respectivamente. Podemos considerar, de forma análoga, que outros itens presentes na composição de produtos de limpeza e higiene pessoal também sofreram oscilações com a desvalorização do real frente ao dólar, encarecendo a produção dos mesmos. É o caso do absorvente aderente, com alta de 65,22% (grupo Higiene Pessoal) e do sabão em pó, com 67,86% (grupo limpeza).

Embora com uma variação menor em relação aos dois outros grupos mencionados (42,98%), os produtos do grupo Alimentação tiveram maior influência na alta da Cesta, considerando os produtos com maiores pesos na variação. É o caso da carne bovina e do arroz. Estes mesmo produtos influenciaram, também, significativamente em termos de peso, a variação positiva da cesta no período de sete anos do Plano Real, analisado no ano passado.

Cesta Básica e Salário Mínimo

Gráfico 1: Cesta Básica X Salário Mínimo



(Fonte: Procon/DIEESE)

Em julho de 1994, enquanto o salário mínimo era de R\$ 65,00, a cesta básica custava R\$ 102,00. Já em maio de 1999, o valor do salário mínimo era de R\$ 136,00, maior do que a cesta básica, que custava R\$ 124,20.

O gráfico demonstra que o valor do salário mínimo começa a ser maior do que o da cesta básica em maio de 1996. Desde o início do Real, o salário mínimo aumentou aproximadamente 110%, enquanto a cesta básica teve aumento de apenas 14%.

Pesquisa de Orçamentos Familiares

Objetivo

Realizada com o objetivo principal, embora não exclusivo, de permitir a construção e atualização do Índice de Custo de Vida (ICV), apurado pelo DIEESE desde 1959, a última pesquisa sobre o orçamento doméstico das famílias paulistanas foi realizada em 1982/93. Desde aquele momento, sucederam-se os planos de estabilização econômica, viveu-se sob a hiperinflação, recessão e, a partir de 1994, está sendo apresentado um plano de estabilização que vem tendo êxito na redução da inflação e que tem servido de instrumento para o aprofundamento da integração da economia brasileira no processo de globalização financeira, ao mesmo tempo em que mantém a economia interna condicionada a níveis insuficientes de crescimento econômico.

Nesse quadro, é evidente que a população, particularmente a que trabalha, foi levada a alterar seu padrão de vida, procurando se adaptar, do ponto de vista social e econômico, às novas condições da sociedade, da economia, do mercado de trabalho. Qual seria, porém esse novo modo de sobrevivência e, especificamente, qual a nova estrutura do orçamento doméstico das famílias paulistanas? Quais as diferenças existentes entre os diferentes estratos sociais? Qual o custo de vida de cada um desses estratos e do conjunto da população? Essas questões somente poderiam ser respondidas com a realização de uma nova pesquisa.

Com o objetivo de fornecer meios para se responder aquelas questões, o DIEESE realizou, entre dezembro de 1994 e novembro de 1995, a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), que se tornou viável pela consciência sobre a importância da questão demonstrada pelos sindicatos associados à entidade, que financiaram com contribuições extraordinárias cerca de 80% dos custos da pesquisa, com os 20% restantes sendo desembolsados pela Federatie Nederlandse Vakbeweging (FNV), central sindical holandesa.

A pesquisa de Orçamentos Familiares 1994/95 é a quarta das pesquisas voltadas para esse mesmo tema, realizadas pelo DIEESE desde 1958, com o objetivo mais imediato de definir a estrutura do ICV, mas, ao mesmo tempo, para levantar dados que permitam analisar as condições de sobrevivência da população em geral e, em particular, dos trabalhadores.

Estrutura do Orçamento Doméstico

Concluiu em julho de 1996 o relatório final da sua quarta Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), a primeira disponível no país desde o início do Plano Real. O levantamento realizado entre dez/1994 e nov/1995, junto a 1.536 domicílios da cidade de São Paulo, apurou uma nova estrutura do orçamento doméstico, as mudanças nos hábitos de consumo de bens e serviços e o tipo de despesas praticado pelas famílias paulistanas, além de registrar informações sobre renda, ocupação, educação e condições de moradia da população. Trata-se de um levantamento básico e necessário

para atualizar o cálculo do Índice de Custo de Vida (ICV), iniciando em 1958. Com os resultados obtidos pela POF 1994/95, passa a divulgar o mais atualizado indicador da evolução do custo de vida do município e que reflete de maneira mais fiel o padrão de gastos de seus habitantes.

Mas a POF 1994/95 desenvolvida pelo DIEESE, tal como as três pesquisas anteriores que deram origem e possibilitaram atualizar o ICV, fornece dados que vão além da mensuração do custo de vida. Como pré-condição para o cálculo do custo de vida das famílias de cada estrato de renda e da média da população como um todo, é preciso identificar qual a estrutura do consumo de cada um desses estratos, combinando as informações obtidas como as relativas aos rendimentos dessas famílias – o que deve ser interligado com a determinação dos limites que distinguem os estratos uns dos outros. Portanto, ao mesmo tempo em que a pesquisa levanta dados sobre os orçamentos familiares, é necessário produzir também informações sobre o perfil dessas famílias e de seus rendimentos e gastos.

Essa simples constatação já confere considerável importância ao ICV e à POF 1994/95, justamente por ser o mais atualizado índice e a mais recente pesquisa de orçamentos familiares e padrão de vida. Quando se considera, além disso, a dimensão das transformações que estão ocorrendo no país, no âmbito do processo de estabilização, essa importância se torna ainda mais clara, concreta e operacional.

Padrão de Vida

Em 1958, diante da ação sistemática dos empresários que utilizavam índices de custo de vida sem qualquer critério técnico explícito, e claramente voltados para justificar reajustes salariais irrisórios, os sindicatos mais importantes à época decidiram calcular um índice do custo de vida dos trabalhadores paulistanos que merecesse a confiança dos sindicatos e que fosse tecnicamente inatacável pelo lado patronal. Para isso, realizou uma pesquisa de padrão de vida, no município de São Paulo, que permitiu identificar uma família padrão representativa dos associados a sindicatos de trabalhadores

(operários e empregados) e o conjunto de itens consumidos mensalmente, nas respectivas proporções, por essa família, procedendo-se, então, o cálculo da evolução mensal do custo dessa “cesta de consumo”.

Em 1969/70, foi realizada a segunda Pesquisa de Padrão de Vida das Famílias Assalariadas, também na cidade de São Paulo. O objetivo imediato da pesquisa identificava-se com o da anterior (1958): “a mensuração da estrutura do orçamento doméstico das famílias assalariadas para estabelecer uma nova ponderação para o cálculo do nosso índice do custo de vida. Porém, em decorrência de fortes alterações verificadas, de um lado, nas condições de vida e na estrutura do orçamento doméstico dos trabalhadores e, de outro, na estrutura econômica e social do país, foi necessário ampliar a metodologia para além da família padrão estabelecida na primeira pesquisa, a fim de identificar, nas condições de vida da população trabalhadora, os efeitos do desenvolvimento econômico-social brasileiro.

Entre uma e outra pesquisa, não se verificaram alterações nos itens consumidos pelos trabalhadores e na participação proporcional desses itens no conjunto do consumo mensal da classe. Em decorrência da industrialização e do tipo de desenvolvimento econômico vivido pelo país, também ocorreram profundas mudanças na sociedade brasileira, internamente e em seu modo de inserção no sistema econômico internacional, modificando-se cada uma de suas classes sociais, as relações entre elas e delas com o Estado, o próprio mercado, o conjunto das instituições, os quais, por sua vez, também sofreram transformações significativas. Além disso, no momento da pesquisa vivia-se havia alguns anos sob uma política econômica anti-inflacionária, imposta pelo regime militar, que tinha na contenção salarial um de seus pilares.

Trabalho

Como parte desse processo de transformação, modificaram-se os próprios trabalhadores: a nova Pesquisa de Padrão de Vida precisava, portanto, voltar-se para a apreensão do “sentido em que estava se desenrolando o processo econômico e social de adaptação do trabalhador a uma sociedade industrial em fase de

consolidação. Tratava-se, em outros termos, de proceder a um balanço comparativo da situação da classe trabalhadora no final da década de 50 – período de ‘decolagem’ do processo de desenvolvimento – e o final dos anos 60 – período de reformulação das condições de financiamento desse processo.”

Na segunda pesquisa foi ampliado, portanto, o objeto da investigação: enquanto na anterior (1958) os dados eram coletados junto a associados de sindicatos de trabalhadores, já na pesquisa de 1969/70, embora novamente não se pretendesse “conhecer as condições econômicas da totalidade da população”, buscava-se apreender essas condições no tocante “... a sua parcela assalariada. Entendia-se por classe assalariada um conjunto de indivíduos cujo rendimento advém da venda de sua força de trabalho no mercado e que está submetido a um regime de obrigações sobre o qual não têm diretamente poder de decisão. Essa caracterização, mais econômica do que sociológica, abrange as principais categorias dos assalariados urbanos e inclui tanto os ‘proletários’ como os elementos vulgarmente incluídos na ‘classe média’, excluindo apenas os seus estratos mais altos. Dado o objetivo de se incorporar também os estratos médios, a pesquisa englobou famílias cujos chefes – autônomos, aposentados ou vivendo de pequenas rendas – apresentavam características semelhantes às dos assalariados.”

Em 1982/83, o DIEESE realiza a Pesquisa de Padrão de Vida e Emprego (PPVE), a terceira da série sobre os orçamentos familiares, desta vez com abrangência na região metropolitana de São Paulo, embora somente os dados relativos à capital paulista tenham sido computados para a atualização do ICV. Também nesse momento, além da determinação da estrutura do consumo familiar como objetivo mais imediato, a pesquisa terminou por refletir um momento específico da economia brasileira, “afetada por crise de graves proporções, cujo enfrentamento vem se processando com a adoção de medidas da política econômica, que têm repercutido direta e profundamente sobre as condições de vida da população trabalhadora.”

Essa crise, que correspondeu a um período de “ajuste externo” da economia, no

qual as exportações seriam buscadas como alternativa de um instrumento fundamental para a reorientação econômica, acabou por se refletir nos resultados da pesquisa. O levantamento registrou ainda as alterações da conjuntura, caracterizada por uma forte e prolongada recessão, provocada pelas medidas econômicas adotadas pelo governo.

Embora deve-se reconhecer que se tratava de um momento de transformações menos intensas do que as verificadas no período entre o governo JK e o início do auge vivido pela economia durante o segundo período do regime militar, ainda assim o momento implicava modificações importantes para as condições de sobrevivência da população. Isso levou o DIEESE a novamente pesquisar o padrão de vida da população mas, desta vez, voltando-se também para a temática do emprego, outra área central para o movimento sindical e a sociedade, como objetos principais de investigação. Além disso, a PPVE colheu um amplo e detalhado leque de dados sobre diversos aspectos relativos às condições de vida da população, como habilitação e transporte, entre outros.

Ao reunir leque tão amplo de informações, a PPVE serviu como subsídio para a primeira pesquisa realizada pelo DIEESE sobre emprego, em 1981, que se constituiu no embrião da futura Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), realizada desde 1985, na Grande São Paulo, em convênio com a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade).

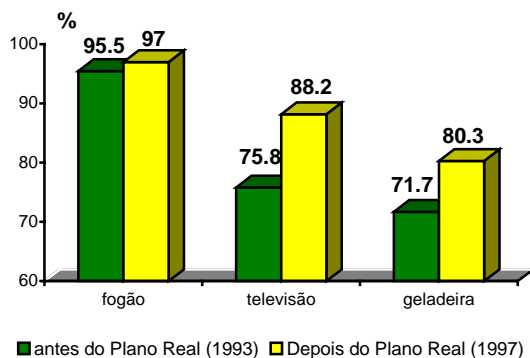
Com o quarto levantamento dessa série, a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 1994/95, realizada em dezembro de 1994 a novembro de 1995, novamente cumpriu-se o objetivo imediato de determinar as dimensões e a estrutura dos orçamentos familiares na cidade de São Paulo, fortemente afetada pelos sucessivos e fracassados planos de estabilização, implantados pelo governo ao longo dos anos 80 e 90, e especialmente pelo processo de estabilização econômica, a partir de meados de 1994.

Tal como nas pesquisas anteriores, a POF 1994/95 reflete um momento de implantação de transformações estruturais de grande envergadura e largo alcance, centradas na redefinição do modo de

inserção da economia e da sociedade brasileira no sistema econômico internacional, na redução e precarização do emprego e na degradação das condições de sobrevivência dos trabalhadores.

Consumo

Gráfico 1: Percentual de Eletrodoméstico dos Domicílios Atendidos



(Fonte: IBGE/PNAD)

A população brasileira já é bem atendida em eletrodomésticos básicos, como fogão, rádio, televisão e geladeira. Com o Plano Real, melhoraram ainda mais as condições de acesso a esses bens, em consequência do aumento de poder aquisitivo da população e da redução dos seus preços em termos reais, em parte devido a maior competição, tanto entre os produtores como entre os comerciantes.

O Plano Real também propiciou a ampliação da oferta de financiamentos com maior prazo de pagamento e prestações fixas em reais. Em consequência, aumentou o nível de consumo não só das famílias de menor renda mas também da classe média.

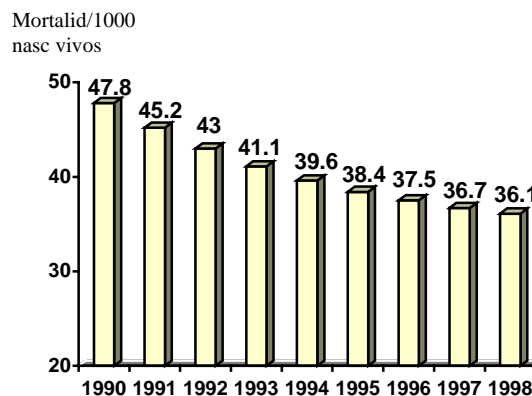
O melhor presente que o Plano Real recebe neste seu 8º aniversário é o consenso nacional - compartilhado, portanto, pelos adversários do governo - sobre o imperativo de adotar e manter políticas consistentes voltadas para a solidez dos fundamentos da economia, notadamente, inflação baixa, superávit primário (receitas menos despesas, exclusive pagamento do serviço da dívida) e saldos crescentes na balança comercial. Hoje em dia, nenhum participante do debate público que queira ser levado a sério ousará negar a importância crucial dessas metas

para alavancar um processo de desenvolvimento econômico sustentado, ou seja, duradouro, capaz de elevar a massa de recursos disponíveis para investimento, o nível de emprego, os padrões salariais e o patamar do PIB por habitante.

Com respaldo político e popular, o presidente pode privatizar empresas que consumiam recursos públicos e, ainda assim, não prestavam serviços de qualidade à população. Na época do monopólio das telecomunicações, o telefone era artigo de luxo. Com investimentos privados, o telefone fixo se popularizou, o número de celulares multiplicou-se por dez. No setor do petróleo, o Brasil está prestes a atingir a auto-suficiência na produção, graças ao reforço dos investimentos privados. O Estado ficou mais enxuto, mais magro e musculoso. Deixou de ser investidor, para ser normatizador e regulador da atividade econômica. E pode concentrar esforços e recursos financeiros em suas atividades específicas: a educação, a saúde e a proteção social.

Mortalidade Infantil

Gráfico 3: Taxa de Mortalidade Infantil



(Fonte: Celso Simões/IBGE - Censos Demográficos de 1980 e 1991 e Pnads 92 a 95/MS)

Os diferentes programas do Governo Federal na área de Saúde, Saneamento e Assistência Social têm contribuído para a redução da mortalidade infantil em todas as regiões brasileiras.

Quando chegamos ao Ministério da Saúde, havia 1.700 equipes de atendimento

e o programa atingia cerca de 5 milhões de pessoas. Hoje, temos cerca de 15 mil equipes e o Saúde da Família já beneficia quase 60 milhões de brasileiros. Os agentes de saúde, que eram pouco mais de 10 mil, hoje são cerca 153 mil. Estamos investindo este ano em um bilhão de reais no Programa Saúde da Família e induzimos os municípios a gastarem outro tanto nessa atividade. O aumento dos investimentos na saúde resultou em aumento da expectativa de vida dos brasileiros, de 65,6 para 68,1 anos ao longo da última década.

Conclusão

É preciso retomar sólidas taxas de crescimento do produto per capita e aumentar os investimentos no setor social, melhorar as condições de vida da população como um todo e gerar condições para que todos os brasileiros possam desenvolver suas potencialidades como trabalhadores e cidadãos.

O Real tirou da miséria absoluta mais de 14 milhões de brasileiros, deu uma nova perspectiva de vida para nossa população. Mas o Brasil quer mais e nós podemos fazer mais. As bases estão lançadas.

O governo precisa dar importância ao setor social. É necessário criar uma equipe

da área social com o mesmo status e com voz ativa com a equipe econômica. Estabelecer metas qualitativas e quantitativas na saúde, na educação, na habitação, na reforma agrária e outras.

Alocar os recursos necessários e cobrar a sua obtenção dos responsáveis.

O erro do Plano Real foi a medida da “reeleição”, perdeu as matrizes do Plano Real, sendo que o mesmo funcionou nos três primeiros anos.

Na última pesquisa editorial da CNT/Sensus, por exemplo, 41,3% dos entrevistados disseram achar o Plano Real bom, contra apenas 19,8% dos que o acham ruim – os 35,8% restantes consideram o plano “neutro”.

Uma das ações futuras para continuidade do processo de consolidação do Plano Real, que ontem completou seu oitavo ano de implementação. Seja quaisquer os rumos que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva resolva tomar, ele terá de assumir compromissos sólidos com o que considera os dois principais pilares de sustentação da estabilidade econômica: os regimes fiscal e monetário. Sem esses pilares nenhum governo poderá avançar nas propostas de melhoria das condições de vida da população.